



Extensão em uma xícara de chá

Autores:

Bruno Cesar Euphrasio de Mello - Faculdade de Arquitetura, UFRGS - brunocesaremello@gmail.com

Gabriela Rosa Nodari - Faculdade de Arquitetura, UFRGS - gabriela.nodari.n@gmail.com

Inês Martina Lersch - Faculdade de Arquitetura, UFRGS - martina.lersch@ufrgs.br

João Farias Rovati - Faculdade de Arquitetura, UFRGS - joao.rovati@gmail.com

Resumo:

O artigo relata as ações do projeto Práticas Urbanas Emergentes (PUE), criado para ser um espaço de interlocução entre alunos e professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e pessoas ou coletivos promotores de novas práticas urbanas contra-hegemônicas. Realizado em Porto Alegre, essa atividade desenvolve experiências de "infusão" que, na visão dos autores, deveriam balizar não só as ações de Extensão, também as práticas de Ensino e Pesquisa hoje hegemônicas na Universidade Pública. São apresentados aqui os resultados de vivências e oficinas realizadas junto aos protagonistas do Sítio Horta Alegre, da Vila Nazaré e do PF das Ruas.

EXTENSÃO EM UMA XÍCARA DE CHÁ

A EXTENSÃO PARA ALÉM DA EXTENSÃO

A xícara chegou à mão, vazia. A água veio depois, na garrafa térmica verde desbotada, tampa desgastada. Conversávamos alegremente, todos sentados em roda. Momento de breve pausa antes de voltar às enxadas, carrinhos de mão, ao plantio dos canteiros. Busquei um *sachê* de chá – camomila. Realizado de pés descalços, roupa suja de terra preta, unhas impregnadas de húmus, aquele hábito aristocrático parecia, no mínimo, estranho. Rasquei a embalagem parda, abrigo do *sachê*, e lancei-o ao fundo da xícara. Verti sobre ela o conteúdo fumegante da garrafa, enchendo-a até a metade – receio em derramá-la nas pernas em meio àquele movimento. Levei a infusão à boca e, como Proust, “no mesmo instante em que aquele gole (...) tocou meu paladar, estremeci, atento ao que se passava de extraordinário em mim” (PROUST, 2016, p.71). A virtude da bebida não está nela, mas em nós. A bebida a despertou. Apanho a caixa do chá e leio em sua lateral: deixe em infusão até adquirir cor e sabor. Volto-me a explorar o sentido deste estremecimento, do sabor vivido, da palavra ordinária. Lembrei-me de Rubem Alves (2007, p.88): “É, em grande medida, graças às analogias que o conhecimento avança e que o ensino acontece. (...) Uma boa analogia é um flash de luz”. “Infundir” remete a “insuflar uma essência”, um ânimo, uma impregnação recíproca, onde ambas as partes se alteram ao ganhar propriedades um do outro. Não “saímos” os mesmos deste processo. Não se mergulha nela sem extrair princípios transformadores. Infusão não é só modo de preparar chá.

A Extensão é uma *infusão*.

O objetivo deste artigo é refletir sobre a Extensão, mas também para além da Extensão. Não se trata de pretensão desmedida: corremos esse risco – de parecer pretensiosos – simplesmente porque pensamos que, na atual conjuntura nacional, marcada pelo desprezo a uma *racionalidade dialógica* (SOUZA, 2005), esse debate é urgente.

O PROJETO PRÁTICAS URBANAS EMERGENTES

O Projeto de Extensão *Práticas Urbanas Emergentes* (PUE) foi criado para ser um espaço de interlocução entre alunos e professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (os Participantes) e pessoas ou coletivos promotores de novas práticas urbanas (os Protagonistas). A proposta surgiu de duas inquietações compartilhadas entre professores do Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura: a primeira, acerca

da incorporação de temas e problemas em pauta nas cidades, mas ainda ausentes das salas de aula; a segunda, da necessidade de experimentar práticas pedagógicas novas e transformadoras que problematizassem o alcance do ensino do Urbanismo e do Planejamento Urbano e Regional. Sobre este segundo aspecto, conforme D’Ottaviano e Rovati,

“A ação transformadora só se dá quando a extensão, no dia a dia, se abre para a experimentação e para a diversidade; quando borra as fronteiras disciplinares, as fronteiras do pensar ou fazer, da teoria ou da prática, quando com base na reunião de individualidades autônomas e singulares e a partir da identificação de uma realidade que quer transformar, agregar, constrói um projeto coletivo, impulsiona um processo de formação” (D’OTTAVIANO e ROVATI (2017, p. 13).

A proposta de ação (trans)formadora do PUE foi, ao mesmo tempo, seu objeto: iniciativas que repensam e modificam o viver nas grandes cidades. Além disso, a construção desse projeto tomou por pressuposto a necessidade de (re)elaborar duas noções: (i) a de Extensão Universitária; (ii) a de práticas urbanas emergentes.

A noção de Extensão desta proposta é a de que a Universidade Pública deve estabelecer vínculos mais estreitos com a sociedade, visando melhor compreender a realidade urbana onde a instituição está inserida. Transbordar-se para fora dos seus muros para impregnar-se dos temas, demandas e propriedades ausentes de seu cotidiano. O reconhecimento de PUE em Porto Alegre é uma oportunidade de colocar em primeiro plano iniciativas construtoras de uma nova cidade possível. As PUE representam novas formas de vivenciar o ambiente urbano, que emergem como experiências contra-hegemônicas que de alguma maneira expressam uma vontade coletiva de resistência e ressignificação do espaço público.

Metodologia

O método de trabalho foi pautado pela realização de Oficinas e Vivências, privilegiando a troca de experiências entre os Participantes do projeto e os Protagonistas das práticas visadas. Foram previstos dez encontros ao longo de 2018 – seis oficinas e quatro vivências.

As Oficinas, realizadas em sala de aula, na Faculdade de Arquitetura, tiveram como objetivos: (i) fazer um primeiro reconhecimento da prática emergente focalizada; (ii) definir as atividades, o calendário, os grupos de trabalho e as formas de registro dessa prática; (iii) compartilhar impressões e refletir sobre as práticas emergentes e sobre a própria ação de Extensão; (iv) produzir o registro sistemático da experiência (textos, imagens, etc).

As Vivências (saídas a campo), por sua vez, foram a oportunidade de interagir com pessoas, comunidades, coletivos, enfim, com os Protagonistas da prática focalizada. As Vivências foram realizadas no lugar onde tais práticas ocorrem (como ocupações, vias públicas) – foram os momentos em que os Participantes com elas interagiram diretamente.

A inscrição para integrar o projeto PUE demandou um posicionamento do candidato sobre o papel social da Universidade Pública e da Extensão Universitária. Para inscrever-se era necessário responder à seguinte pergunta:

Nossa Constituição Federal define em seu Art. 3º os “objetivos fundamentais da República”. Em sua opinião, de que maneira a Universidade Pública e a extensão universitária podem contribuir para a realização daqueles objetivos? Necessário referir que, segundo a Constituição, os objetivos da República são: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

A pergunta já antecipava, em certa medida, um recorte nos temas que seriam postos em pauta durante o desenvolvimento do projeto.

As respostas dos candidatos tocaram em temas como o engajamento profissional em causas populares, o compromisso social da universidade pública e de seus integrantes, a participação comunitária na elaboração de propostas, a questão do bem-estar social. As respostas foram compartilhadas na primeira oficina. E nortearam, depois, a noção de PUE e as práticas que seriam visitadas.

Desenvolvimentos

Até o momento de finalização deste artigo o projeto ainda estava em andamento. Apenas parte das atividades programadas foi realizada. Elas serão descritas adiante. Na última etapa de trabalho do projeto de extensão será organizado e editado o registro da ação visando sua publicação e debate. Esta publicação descreverá as ações realizadas e reunirá as impressões dos envolvidos no projeto.

Com relação aos integrantes do projeto, foram estabelecidos dois objetivos específicos: (i) que os Participantes encontrassem oportunidades de vivenciar novas práticas urbanas e, com base nessa experiência, pudessem repensar suas próprias atitudes como cidadãos e cidadãos; (ii) que os Protagonistas, ao debater suas práticas no intramuros universitário, encontrassem um momento de reflexão sobre suas próprias experiências e a situassem como possibilidade de enfrentar, juntos, Universidade e Comunidade, os enormes desafios postos pelo meio urbano.

Por fim, mas não menos importante, o projeto quer oferecer aos estudantes envolvidos uma oportunidade de (trans)formação acadêmica, por modesta que seja. Desse ponto de vista, espera-se que o vínculo universidade-comunidade criado com o projeto os faça refletir sobre o seu próprio fazer arquitetônico-urbanístico (hoje tão restrito às pranchetas) e sobre o papel da Universidade Pública e da Extensão Universitária para a sociedade brasileira.

EXPERIÊNCIAS E VÍNCULOS

A primeira Oficina do projeto reuniu apenas a comunidade acadêmica da UFRGS. O calendário de ações não estava previamente definido. A própria noção de *práticas urbanas emergentes* foi debatida. Seus contornos conceituais foram então, em conjunto, mais claramente esboçados. As práticas a serem visitadas surgiram desta definição. A proposta pedagógica era de construção coletiva de todos os aspectos do projeto: desde a definição do conceito fundante da ação até os objetos de vinculação.

Neste primeiro encontro, ficou estabelecido o seguinte entendimento preliminar sobre a noção de *práticas urbanas emergentes*:

- Formas ou modos de viver a/na cidade como espaço público, que se contrapõem à ideia de que a cidade é exclusivamente um lugar de produção para o lucro.
- Ações de dissenso, transformadoras, críticas.
- Experiências contra-hegemônicas, isto é, que se contrapõem a práticas pautadas pelo pensamento neoliberal.
- Práticas que surgem de demandas coletivas, de “baixo para cima”, espontâneas, descentralizadas, sem “comando” – que surgem de um desejo de resistência e ruptura.
- Práticas que abordam o conflito (pacífico) como experiência positiva.
- Experiências que buscam ressignificar o território a partir de novas práticas. Contudo, nem por isso as experiências que nos interessam devem ser nomeadas “inovadoras”, termo apropriado pelo pensamento mercadofílico. Tampouco devem ser definidas como “urbanismo tático”, expressão amorfa, polissêmica e ambígua. O termo emergente remete, ao mesmo tempo, às ideias de surgimento e de situação alarmante (de emergência). O que nos interessa não são as “inovações” operadas pelo “mercado”, mas “novas” práticas contra-hegemônicas.

Com base nestas definições, o grupo inventariou experiências com as quais poderíamos nos vincular. As propostas foram organizadas em eixos temáticos e, a seguir, pelo voto dos participantes, foram escolhidas as que seriam vivenciadas: (i) ecologia/agricultura; (ii) ocupações/luta por moradia; (iii) população em situação de rua; (iv) arte na rua. A coordenação do projeto responsabilizou-se por organizar as vivências e oficinas dentro de cada um dos eixos eleitos. E, para cada vivência, foi estabelecida a forma de relação e a contrapartida que a universidade ofereceria aos Protagonistas.

Horta Alegre

A primeira vivência ocorreu no Sítio Horta Alegre, localizado no bairro Hípica (zona sul de Porto Alegre). Os Protagonistas desta experiência foram Mauro Weber, egresso da Escola de Administração da UFRGS, e Ana Livi, egressa da Faculdade de Arquitetura da UFRGS.

Em 2007, após diplomados, Mauro e Ana deixaram o Brasil para trabalhar em organizações de ajuda humanitária em países africanos pós-guerra civil, construindo escolas para refugiados. De volta ao Brasil, resolveram utilizar o pequeno sítio da família (2 hectares) para produzir alimentos sem uso de agrotóxico e realizar ações de educação ambiental. Criaram assim o Horta Alegre. Mudaram, pois, de atividade: o modelo de profissional bem sucedido que a universidade os apresentou já não os seduzia.

A proposta do sítio é de cooperação entre consumidores e produtores. Nela, os consumidores se associam ao sítio e recebem, semanalmente, cestas com produtos agroecológicos – “sem veneno”. Neste modelo, os agricultores sabem de antemão a demanda por seus produtos e conseguem programar o plantio e a colheita reduzindo perdas e desperdícios. Os consumidores, por sua vez, estabelecem uma relação próxima aos produtores, participam de atividades no sítio e podem acompanhar a produção.

Contudo, o sítio está localizado num lugar cobiçado pelos promotores imobiliários da cidade. Há condomínios e “bairros planejados” sendo construídos nos arredores. O valor da terra, na região, tem subido vertiginosamente. Os filhos de antigos proprietários rurais estão desinteressados pelo tradicional labor familiar – preferem vender suas terras e morar noutro lugar. A iniciativa do Horta Alegre está na contramão desta tendência: preferiram ficar e tornar a terra produtiva.

No primeiro passeio pelo sítio conhecemos o sistema de produção agroflorestal. Mauro disse-nos que “cultiva a terra”, e não legumes, frutas, hortaliças. Estes últimos são produtos de uma terra fértil e bem tratada. Explicou-nos ainda, dentre outros aspectos, a sucessão de espécies vegetais característica do processo agroflorestal, a sensibilidade que o agricultor deve ter com os sinais sutilmente emitidos pela natureza.

Os Participantes tinham o compromisso de realizar uma ação concreta, útil ao sítio. Um grupo de estudantes e professores plantou inhame e gengibre. Outro, árvores junto às hortaliças. Paramos brevemente para um almoço coletivo. À tarde, todos juntos, trabalhamos no manejo dos canteiros: uns retiravam a vegetação do açude, outros carregavam com carrinho de mão até os canteiros, os demais espalhavam a matéria orgânica que protegeria e adubaria a terra. Ainda tivemos tempo para colher frutas.

A Oficina, momento de retorno à universidade, ocorreu dias depois. Em sala de aula, compartilhamos registros variados (fotos, desenhos, poemas) e debatemos a experiência. O diálogo se deu a partir de quatro eixos:

(i) A questão da produção-consumo das mercadorias – a teoria do valor-trabalho; a diferença entre a sociedade “com” mercado e a sociedade “de” mercado; quem produz,

como produz, quanto ganha; que tipos de relações sociais e formas de produção a mercadoria não revela; as relações de produção; a servidão “consentida” do trabalho assalariado, etc.;

(ii) O valor e o preço da terra; a especulação imobiliária (“a compra do boi, a venda do bife”); a questão da propriedade fundiária – o “cálculo para trás” (Christian Topalov); a pressão sobre a zona rural e a construção dos condomínios; a legislação urbanística, etc.;

(iii) A questão da ecologia – a produção agroecológica; o respeito aos ciclos da natureza; a “coisificação” do homem e a natureza; a ilusão da natureza como “bem inesgotável”; a crença na infalibilidade da ciência e da razão humana, etc.;

(iv) A questão da formação em Arquitetura e Urbanismo – a noção de sucesso profissional que subjaz a essa formação; as práticas de atelier; o contato ou distanciamento com a realidade; as frustrações do processo; a precarização do trabalho; a dificuldade de identificar a posição do arquiteto no mundo do trabalho (Profissional liberal? Patrão? Assalariado?); o formalismo afastado dos saberes relativos à construção e gestão, etc.

As Figuras 1, 2 e 3 ilustram momentos da Vivência no sítio Horta Alegre.



Figura 1: Vivência Horta Alegre, 23 julho 2018. Foto por Bruno C. E. de Mello.



Figura 2: Vivência Horta Alegre, 23 julho 2018. Foto por Gabriela Rosa Nodari



Figura 3: Vivência Horta Alegre, 23 julho 2018. Foto por Gabriela Rosa Nodari

Vila Nazaré

A segunda vivência ocorreu na Vila Nazaré, localizada no bairro Sarandi (zona norte de Porto Alegre). A Vila está implantada em gleba de propriedade privada há aproximadamente 60 anos. A ocupação, nunca contestada, constituiu-se a partir do êxodo rural das décadas de 1960-1970¹. Hoje, segundo dados imprecisos relatados por integrantes da associação de moradores, habitam o local aproximadamente 2.000 famílias – cerca de 5.000 pessoas.

As famílias correm o risco de remoção. Em 2017 o grupo alemão *Fraport AG Frankfurt Airport Services* venceu o leilão de concessão da administração do aeroporto Salgado Filho. Entre as obrigações do contrato está a construção de um edifício-estacionamento, a ampliação do terminal de passageiros e a extensão da pista. E é justamente o projeto de extensão da pista que motiva a retirada da Vila Nazaré, situada no seu prolongamento. O prazo dado para a desocupação da área é dezembro de 2018, segundo informações repassadas pela prefeitura aos moradores. Os moradores seriam transferidos para um loteamento localizado nos limites da cidade, a quilômetros de distância da Vila.

Nas proximidades da Vila estão sendo implantadas indústrias e empresas de logística aeroportuária, os “condomínios empresariais”. É o último estoque de terra disponível na zona norte da cidade, a área mais acessível e conectada “com o país”, por conta de sua proximidade com o aeroporto e com importantes eixos viários (BR 116, Freeway). Com a extensão da pista, o aeroporto terá condições de receber grandes aviões de carga, aproximando as empresas sediadas no extremo sul do Brasil ainda mais do mercado global. Assim, no percurso histórico de uma comunidade pobre que habita a região há mais de meio século e a urbanizou com as próprias mãos se encontram agora poderosas multinacionais, forte especulação imobiliária, grandes obras de ampliação de avenidas e a extensão da pista do aeroporto. É uma zona ainda relativamente vazia, mas que está se estruturando do ponto de vista viário e imobiliário, dada sua vocação para grandes empresas de atacado, galpões de estocagem e pavilhões industriais.

Na Vivência, duas lideranças comunitárias locais relataram que, como forma de apressar a saída das famílias, a prefeitura tem retirado dali todos os serviços públicos e infraestrutura urbana. Não é oferecida qualquer perspectiva de regularização da área; a manutenção das vias foi interrompida; o lixo depositado nos lotes localizados mais ao fundo da Vila não é mais recolhido; o posto de saúde foi fechado; a escola não funciona mais; não se realizam mais quaisquer obras de melhoria e manutenção, como abastecimento de água, esgotamento sanitário e iluminação pública. De fato, ocorre ali um processo de “desurbanização”, que retira justamente das famílias mais pobres os serviços públicos essenciais. É como se a urbanidade estivesse erodindo e deixando para trás os escombros de uma comunidade abandonada. Tudo para que seja honrado o compromisso do poder público com a *Fraport*.

¹ Mapas aerofotogramétricos de 1956 (MUNICÍPIO, 1956) e de 1986 (MUNICÍPIO, 1986) confirmam que a vila existe a décadas.

Os líderes comunitários relataram ainda que a população da Vila está dividida: alguns querem permanecer, outros, partir, aceitando as contrapartidas da prefeitura – moradia a uma hora e meia de ônibus dali ou o pagamento de indenização. O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) tem ajudado a comunidade em sua resistência. A transferência da população daquela região desestruturará a complexa mas frágil trama de relações pacientemente tecida por aquela comunidade ao longo de meio século – suas práticas cotidianas, a organização de suas vidas (proximidade com emprego, por exemplo) e a importante rede de pequeno comércio e de serviços constituída por residentes locais.

Como a proposta do projeto de Extensão era realizar uma ação útil à comunidade, sugerimos a organização de um mutirão de construção. Contudo, no diálogo realizado com o MTST, foi relatado que o grande desafio do momento é apoiar a associação no convencimento de que existe alternativa de permanência na Vila ou nas proximidades, sem a desestruturação dos laços comunitários. Chegamos à conclusão que a contrapartida que a universidade poderia oferecer não seria uma “obra” física, mas elaborar algum material que contribuísse com o processo de resistência da comunidade: estudar possibilidades de reassentamento na área, apresentar exemplos alternativos de urbanização de vilas e de moradia popular, como contraponto ao projeto apresentado pelo poder público como alternativa inexorável.

A Vivência realizada na Vila foi uma visita de reconhecimento, guiada por integrantes da comunidade. Visitamos os diversos trechos da vila: (i) a Nazaré propriamente dita, que corresponde à parte central da área; (ii) a Pepino, parte leste da Vila, situada junto aos lotes de grandes empresas de logística; (iii) a Ocupação, trecho oeste, espaço estreito e comprido, ocupado mais recentemente; (iv) e a Sapo, localizada nos fundos da vila, junto à área de banhados da várzea do rio Gravataí. Ao fundo deste último trecho encontramos o cenário que mais nos impressionou: uma imensa cordilheira de lixo, que separava casas e galpões de triagem de uma extensa área de vegetação e banhados. A chuva fazia escorrer, por debaixo daquela montanha de resíduos, nascentes caudalosas de chorume que rumavam às planícies alagadas e ao interior da vila. Para chegar ao limite norte da Nazaré era necessário atravessá-la. Escalamos vacilantes o chão movediço feito de uma profusão de embalagens, sacolas, tampinhas, garrafas, cacos de vidro. Descemos do outro lado e seguimos por trilha na mata sob chuva torrencial. Além da questão de moradia, está posta ali uma importante questão ambiental. A falta de coleta de lixo (uma das estratégias de pressão sobre a comunidade) está gerando na área uma condição sanitária de risco; e os alagamentos se multiplicam, entre outras razões porque as empresas implantadas nas proximidades têm sistematicamente aterrado os banhados da várzea do Gravataí.

A Oficina (momento de retorno à universidade) ocorreu dias depois. Não recebemos imediatamente os integrantes da Associação de Moradores da Vila Nazaré e do MTST. Antes, foi necessário reunir dados, dialogar com colegas do Instituto de Pesquisas Hídricas da UFRGS e produzir algum material para debate. Entre a Vivência na Vila e a Oficina na UFRGS os Participantes compartilharam registros variados (fotos, desenhos, poemas) e, dentre outros temas, debateram:

(i) o exercício do direito de propriedade fundiária frente à definição constitucional da função social da terra;

- (ii) o direito das comunidades pobres aos serviços públicos e à infraestrutura urbana;
- (iii) a dinâmica dos processos de remoção e resistência popular de áreas ocupadas;
- (iv) os impactos ambientais da ocupação da várzea do rio Gravataí;
- (v) a disputa pelo solo urbano em áreas de acentuada valorização fundiária.

As Figuras 4, 5 e 6 ilustram a Vivência na Vila Nazaré.



Figura 4: Vivência Vila Nazaré, 01 setembro 2018. Foto por João Farias Rovati.



Figura 5: Vivência Vila Nazaré, 01 setembro 2018. Foto por Andressa Mueller.



Figura 6: Vivência Vila Nazaré, 01 setembro 2018. Foto por Bruno C. E. de Mello.

PF das Ruas

A terceira vivência ocorreu no baixio do viaduto Imperatriz Leopoldina (o “Brooklin”), localizado no bairro centro histórico, Porto Alegre. Sua presença na Avenida João Pessoa, em frente ao imponente prédio da antiga Faculdade de Medicina (Campus Centro da UFRGS),

rememora um conflito hoje quase esquecido. Em 1975, Carlos Dayrell, então estudante de Agronomia, ao ver serem cortadas as frondosas tipuanas, que ladeavam a avenida, para construção do viaduto, subiu numa delas. Seu objetivo era impedir a derrubada das árvores. Esse protesto solitário chamou a atenção e despertou solidariedades. Mas, estávamos em plena ditadura. O Departamento de Ordem Política e Social (Dops) foi acionado. Houve bombas de gás, cassetetes, prisões. Contudo, Dayrell alcançou seu objetivo: a derrubada das árvores foi interrompida, apesar da construção do viaduto. Esta ação deu grande impulso ao nascente movimento ambientalista da cidade, então liderado por José Lutzenberguer (AMBIENTALISTA, 2014).

Sob este viaduto há um amplo espaço aberto. O lugar já serviu de abrigo para moradores em situação de rua. Nos últimos anos, tem sido ocupado por diferentes atividades. Pelo que se conta, uma delas, a “batalha de rap” teria sido responsável pela “nova” denominação do lugar – Brooklin. Por muito tempo, o Parque da Redenção, situado nas proximidades do viaduto, foi palco dessas batalhas de rap. Mas, quando chovia, todos “corriam para o Brooklin” (SOB, 2018).

A definição dessa Vivência – interação com a ação solidária PF das Ruas – teve dupla origem: a primeira, do interesse em conhecer uma experiência que ali se desenvolve todos os sábados, a oferta de refeições gratuitas aos moradores em situação de rua, organizada por um casal de filantropos e dezenas de voluntários; a segunda, o fato do Trabalho de Conclusão de Curso de um dos estudantes Participantes do PUE ser um projeto para essa área.

Após contato com os organizadores, ficou estabelecido que cada participante do projeto contribuiria com alimentos cozidos (dois quilos de massa ou arroz), salada e alguma sobremesa. O encontro se deu às 10:00h de sábado. Todos contribuíram para a logística do evento – instalação da “cozinha”, distribuição de mesas de trabalho, organização de espaços específicos para crianças e idosos, organização das filas, montagem e distribuição dos pratos feitos.

Cerca de 1.200 refeições são ali servidas semanalmente. No dia da na nossa Vivência não foi diferente. Mas, descobrimos que, ao contrário do que pensávamos, para ali convergem não apenas moradores em situação de rua – encontramos também, por exemplo, muitos aposentados, assalariados, além de pequenos vendedores que, nos finais de semana, atendem o grande público que frequenta o Parque da Redenção.

Por que as refeições são servidas no Brooklin? Segundo seus organizadores, porque o lugar é bem localizado, protegido da chuva, e há muitas vagas de estacionamento nas proximidades, o que facilita a transporte dos alimentos, que chegam prontos e são ali apenas aquecidos e acondicionados. Além disso, os jardins arborizados e os bancos próximos oferecem um ambiente agradável e um suporte mínimo aos que recebem a refeição.

A Vivência se prolongou até às 15:00h, envolvendo também a desmontagem da infraestrutura instalada e a limpeza da área. Para dizer o mínimo, para quase todos os participantes foi uma experiência esclarecedora: é de fato brutal a desigualdade social que marca o Brasil, a miséria, a fome, principalmente quando vista bem de perto. Mas houve

alguma frustração. Os participantes, por assim dizer, integraram uma engrenagem já muito bem organizada – ajudaram, contribuíram, observaram; mas pouco ou nada interagiram com a imensa população que todo sábado procura o lugar. Mas o debate sobre os limites e desafios desta ação será pauta da Oficina, que ainda não foi realizada.

As Figuras 7, 8 e 9 ilustram a Vivência com o PF das Ruas.



Figura 7: Vivência PF das Ruas, 17 novembro 2018. Foto por Bruno C. E. de Mello



Figura 8: Vivência PF das Ruas, 17 novembro 2018. Foto por Bruno C. E. de Mello.



Figura 9: Vivência PF das Ruas, 17 novembro 2018. Foto por Inês Martina Lersch

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nossa vida como docentes na área de Urbanismo e Planejamento Urbano percebemos a necessidade de maior aproximação entre experiências acadêmica-profissional-social, melhor interação entre a teoria e a prática, de colaboração mais estreita entre diferentes atores, sempre segundo uma abordagem interdisciplinar. Sabemos que profissionais da área e atores sociais, que têm como pauta a cidade e “seus” problemas, querem intercambiar experiências e refletir a partir de suas diversas formas de ação.

Desse ponto de vista, embora ainda em desenvolvimento, o projeto PUE já revelou sua pertinência e imensas potencialidades, tanto com relação a seu propósito mais específico, de reconhecimento de práticas pouco consideradas em nossos planos de ensino, como no sentido de estimular uma reflexão sobre o significado da Extensão para a Universidade Pública. De outra parte, já é possível constatar também que as Vivências realizadas geram vínculos que não se desfazem com a conclusão da ação.

Futuramente, um livro reunirá os relatos das práticas vivenciadas, aqui apenas sucintamente apresentadas. Sua elaboração oportunizará também o aprofundamento da reflexão sobre a relação entre Extensão e Universidade Pública.

Dado o momento político que vive o país, e dadas as ameaças que hoje pesam sobre o ensino público, este último aspecto nos parece demandar muito mais do que um “bom texto”: na nossa visão, urge transformar a Extensão num vigoroso instrumento de defesa da Universidade Pública, aquela que temos, e de sua reconstrução a partir dos objetivos fundamentais da República, que devem pautar inclusive os campos do Ensino e da Pesquisa. Neste sentido, a Extensão é um importante espaço pedagógico que prepara os estudantes na construção de uma sociedade livre, justa, solidária; na redução das desigualdades sociais; na promoção do bem estar de todos, sem preconceito; e não para uma democracia e uma cidadania futuras.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Rubem. *Entre a ciência e a sapiência: o dilema da educação*. São Paulo: Edições Loyola, 2007.
- AMBIENTALISTA revisita a árvore que salvou há quase 40 anos em Porto Alegre. Gaúcha ZH. Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2014/05/Ambientalista-revisita-arvore-que-salvou-ha-quase-40-anos-em-Porto-Alegre-4496794.html>>. Acessado em: 19nov2018.
- D’OTTAVIANO, C.; ROVATI, J. (Orgs.). *Para além da Sala de Aula: Extensão Universitária e Planejamento Urbano e Regional*. São Paulo: FAUSP, 2017.
- MUNICÍPIO de Pôrto Alegre. *Levantamento aerofotogramétrico executado para a prefeitura municipal de Pôrto Alegre na gestão do prefeito Leonel Brizola*. Folha 65. Porto Alegre, 1956.
- MUNICÍPIO de Porto Alegre. *Levantamento aerofotogramétrico*. Administração: Alceu Collares. 2970-4. X.III. Porto Alegre, 1986.
- PROUST, Marcel. *Em busca do tempo perdido: no caminho de Swann*. São Paulo: Biblioteca Azul, 2016.
- SOB o viaduto do Brooklyn, ocupação de espaço público com batalhas de MC’s. Sul 21. Porto Alegre, 2018. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/cidades/2018/01/sob-o-viaduto-do-brooklyn-ocupacao-de-espaco-publico-com-batalhas-de-mcs/>> Acessado em: 19nov2018.
- SOUZA, José Crisóstomo de (org.). *Filosofia, racionalidade, democracia: os debates Rorty & Habermas*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.